

## GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

# A primeira conferência comunista latino-americana: ideias marxistas e o caráter da revolução na América Latina

Bernardo Soares Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa um importante momento na vida política dos Partidos Comunistas, assim como da trajetória das ideias marxistas na América Latina: a Primeira Conferência Comunista Latino-americana, ocorrida em Buenos Aires, 1929. Através da análise de seus documentos e debates, assim como das polêmicas suscitadas a partir do VI Congresso da Internacional Comunista acerca da realidade dos países coloniais, pretendemos demonstrar seu grande impacto nas futuras análises de interpretação da realidade latino-americana. Mais do que isso, tal Conferência marcaria o início de um período de grande hegemonia política do Comintern na América Latina, como claros desdobramentos na forma de organização político-partidária, e, sobretudo, no caráter da revolução latino-americana.

**Palavras-chave:** Primeira Conferência Comunista Latino-americana; marxismo; América Latina.

A chegada das ideias de Marx na América Latina em finais do século XIX foram mediadas por organizações e intelectuais com relações com a II Internacional, como Juan B. Justo – primeiro tradutor d'O capital para o espanhol -, e o Partido Socialista Argentino, contudo, nos cabe destacar que isso significa apenas os primeiros passos de uma longa trajetória. O marxismo só começaria a aparecer como uma real concepção teórica e política para os latino-americanos ao longo dos anos 1920, no contexto de fundação dos primeiros Partidos Comunistas.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Nesse processo de efervescência das ideias marxistas, ganha destaque o importante papel cumprido pela Revolução Russa de 1917 e o impacto que teve sobre a classe trabalhadora em todo o mundo. No período que imediatamente a segue, há uma forte onda revolucionária que se propaga em direção ao ocidente, ganhando fortes repercussões em países como Itália e Alemanha, até ser derrotada em 1921, marcando um novo período de inflexão política na conjuntura mundial. Se o mundo pós 1917 vivia uma conjuntura revolucionária, tornava-se necessária, portanto, a criação de um organismo que coordenasse a nível mundial essa revolução e organizasse um amplo apoio aos russos. Nasce, assim, em 1919, a III Internacional, tendo justamente esses objetivos.

Na América Latina, ainda que em menor grau que na Europa, esse impacto não foi diferente. Apesar da maior parte das notícias chegar filtrada por grandes agências internacionais fortemente agressivas aos feitos revolucionários, os setores mais destacados da classe trabalhadora não hesitaram em afirmar que se tratava de uma revolução contra o capital.

Politicamente, a América Latina também atravessava um período de grande intensidade e acirramento das lutas sociais. Em um extremo, encontramos um México revolucionário, noutra ponta a Argentina balançada pelo movimento de Reforma Universitária, que ganha ecos em outros países do continente, como no Peru. No Brasil, um recente processo de formação dos primeiros embriões de um operariado urbano e de formação de uma classe trabalhadora forjada em meio a inúmeras greves. Não é de se estranhar, portanto, que daí nasceriam os primeiros Partidos Comunistas na América Latina. Fatores como a influência da Revolução Russa e efervescência das ideias marxistas, as fortes manifestações sociais em solo latino-americano, assim como um incipiente processo de industrialização e a formação dos primeiros núcleos operário-urbanos em países como Brasil, Argentina e Chile, levariam os trabalhadores a um processo de reorganização, superando a fase inicial espontaneísta ou vinculada ao pensamento da II Internacional.

É nesse contexto que se dá a fundação do marxismo na América Latina. Ainda que tardasse alguns anos para o surgimento de obras originais acerca da realidade local dos países latinos, o fato é que, a partir desse momento, o marxismo começa a incidir com maior força no movimento operário, agora se reorganizando nos Partidos Comunistas, assim como inicia seu processo de divulgação, tendo como difusores tais partidos.

Se os recém-formados Partidos Comunistas latino-americanos eram grandes entusiastas da Revolução de Outubro, o mesmo não se pode dizer dos líderes da Internacional para com estes. A iminência de uma revolução mundial no período subsequente à Revolução Russa levou a Internacional a girar todos seus esforços em direção a Europa em detrimento dos países da periferia, ainda que a questão dos povos coloniais tenha sido tratada em diversos congressos. Lembramos aqui dos debates protagonizados por Lenin e M.N. Roy durante o II Congresso e as acaloradas discussões no IV e V Congresso, ainda que se limitassem quase que exclusivamente aos países asiáticos, sobretudo a China, que atravessa um momento de intensas lutas.

Pouco se sabia a respeito da América Latina e quase nenhum esforço foi feito para conhecê-la. Como nos mostra Zaidan Filho, durante alguns anos a visão do Comintern acerca dos problemas relativos aos países coloniais ou neocoloniais era determinada pelo que se passava na Ásia (ZAIDAN FILHO, 1991). Os assuntos referentes à América Latina, por exemplo, eram discutidos dentro do Secretariado Latino da Internacional, que se encarregava de todos os países de língua latina, priorizando claramente países centrais, como Itália e França, nas discussões.

A primeira tentativa do Comintern em se aproximar mais da América Latina viria com a formação do Secretariado Sul americano da Internacional, desdobramento do Secretariado Latino, em 1926 com sede em Buenos Aires. Ainda assim, tal secretariado teria uma dificuldade em assumir uma maior organicidade, devido tanto ao baixo interesse da Internacional para com a América Latina, assim como por problemas políticos por ele enfrentados. Desse último aspecto, é importante destacar que o Partido Comunista da Argentina, que por anos assumiu papel de destaque no movimento comunista internacional e foi a ponte entre a Internacional e o continente, passava nessa época por um conturbado período político. O Secretariado passaria por um processo de reorganização em 1928, logo após o VI Congresso da Internacional Comunista, que marcaria um novo período em sua orientação política.

Acerca dessa reorganização, o Secretariado afirma em sua revista quinzenal:

“La Internacional Comunista ha decidido reorganizar su Secretariado Sudamericano sobre nuevas bases; de acuerdo a esa decisión, acaba de reconstruirse sobre base colectiva, con la participación directa de los representantes de los partidos comunistas de Sud América, habiéndose elaborado ya un plan de trabajos que permitirá al

Secretariado cumplir la tarea política que confiere el Comintern.”.  
(CORRESPONDENCIA SUDAMERICANA, 1928: p.01)

A respeito da fase anterior do funcionamento do Secretariado, o documento diz:

“Precedentemente, el S.S. era un organismo unipersonal que contenía las deficiências de una semejante forma de organización, y la más importante de ellas consistía, sin duda, en el hecho de hacerse punto menos que imposible la discusión de los diversos problemas que preocupan a los partidos sudamericanos, siendo por lo mismo casi nulo el intercambio de experiencias, tan indispensable para el desarrollo de nuestro movimiento.”.(Idem, Ibidem)

A que se deve essa mudança de orientação política na Internacional, que parecia somente agora ter descoberto a América? Para uma real compreensão dessa inflexão, devemos nos voltar para o VI Congresso da Internacional e as disputas políticas que balizariam suas orientações para o restante do mundo. Após a onda revolucionária inaugurada pela Revolução Russa e o seu desfecho frustrado em 1921, dá início a um segundo período, marcado pela “estabilização” parcial do capitalismo. Um dos debates centrais no VI Congresso, e que já vinha sendo travado no interior do PCUS, dizia respeito à caracterização do terceiro período, onde haveria uma polarização entre dois grupos, um articulado por Bukharin, que até então presidia a Internacional, outro por Stalin.

Para o primeiro grupo, esse terceiro período seria marcado por uma reconstrução do capitalismo após um período de estabilização, sobretudo nos países de centro, onde haveria uma forte cooptação da classe operária. Ainda que as posições defendidas por Bukharin tenham sido derrotadas, o Congresso mantém a ideia de um terceiro período, mas com uma caracterização totalmente diferente. As posições do grupo de Stalin seriam incorporadas pelas resoluções finais, onde haveria um entendimento de um novo período de fortíssima crise do capitalismo, marcado por guerras e revoluções, conforme explicitado abaixo:

“Enfim, a crise revolucionária amadurece irreversivelmente nos próprios centros imperialistas [...]. As batalhas grandiosas entre capital e trabalho, a crescente radicalização das massas, a influência e crescente autoridade dos Partidos Comunistas, o imenso movimento de simpatia das massas operárias pelos países da ditadura do proletariado, tudo isso significa claramente a aproximação de um novo impulso revolucionário nas metrópoles do imperialismo. [...]. A revolução internacional está em marcha. O imperialismo agrupa suas forças contra ela. Expedições coloniais, nova guerra mundial, campanha contra a URSS estão na ordem do dia. O desencadeamento de todas as forças da revolução mundial e a queda inevitável do capitalismo são resultados inelutáveis.”. (Programme de l’Internationale Communiste, 1928: p. 4- 5.)

A crise de 1929 inicialmente pareceu dar razão a Stalin, porém seus desdobramentos políticos não seriam revoluções socialistas, mas um dos maiores refluxos do movimento operário, levando a vitória fascista na Itália e Alemanha, facilitada, inclusive, pela linha política extremamente sectária adotada por este congresso da internacional, conhecida como “classe contra classe”, que predominaria durante o terceiro período.

Tal avaliação de uma grave crise geral do capitalismo e de sua derrocada inevitável teve implicações políticas que se espalharam para todos os partidos comunistas do mundo. Começa a se dar, nesse período, a universalização dos pressupostos políticos do partido soviético, agora em detrimento das especificidades locais de cada país. Em todo o mundo, diversos países teriam seus quadros dirigentes alterados, onde destacados militantes seriam acusados de desvios pequeno-burgueses, sendo responsabilizados por todas as derrotas do movimento operário. O que inicialmente era uma defesa do Estado Soviético e do socialismo, gradualmente torna-se uma aceitação acrítica, de todas as medidas tomadas desde Moscou e sua aplicação imediata a todas as seções da Internacional Comunista, que pouco a pouco vai perdendo seu papel de organizador da revolução mundial para se tornar um instrumento auxiliar da política externa da URSS com o objetivo de levar a linha formulada ali ao restante dos Partidos Comunistas.

Se as resoluções do VI Congresso apontavam para uma revolução que se avizinhava a passos largos, qual seria o papel a ser jogado pelos países latino-americanos nesse processo? Para encontrarmos essa resposta, devemos antes analisar qual era a análise feita pelo Comintern acerca da realidade desses países. As resoluções desse Congresso apontam o caráter desigual do desenvolvimento capitalista, acentuado, sobretudo, no período imperialista, gerando distintos modos de amadurecimento do capitalismo, assim como diferentes condicionantes ao movimento revolucionário.

O VI Congresso classifica os países em três grandes blocos, tendo como padrão seletivo o estágio do desenvolvimento capitalista em cada um deles. Encontra assim países de capitalismo altamente desenvolvidos; países com um médio desenvolvimento capitalista; e os países coloniais ou semicoloniais. O primeiro grupo seria marcado pelo alto desenvolvimento das forças produtivas, a produção fortemente centralizada e um regime político democrático-burguês há algum tempo estabelecido. Já o último grupo, e aqui encontravam-se os países latino-americanos, se caracterizava pelas relações sociais de tipo feudal, tanto na vida

econômica quanto na superestrutura política, onde as principais indústrias, bancos e propriedades estariam nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. (Idem. Ibidem. P. 16)

Uma caracterização extremamente superficial, onde se encaixariam as mais variadas formações sociais, aglutinando países como China, Índia, Brasil, Argentina, etc. Como se daria então a revolução nesses países marcadamente atrasados, onde o desenvolvimento industrial era apenas incipiente, onde não havia uma burguesia nacional consolidada e com um proletariado urbano bem reduzido e sem grandes tradições de organização? Os comunistas não pareciam dispostos a esperar pacientemente um desenvolvimento progressivo das forças produtivas para que então pudesse tomar alguma decisão. Precisavam equacionar o problema de realizar uma revolução em formações sociais onde ainda não haviam se desenvolvido plenamente todas as condições materiais. Essas eram as condições que haviam sido legadas aos comunistas, e a partir delas que a história seria feita. Era necessário agir!

Era preciso contornar as dificuldades impostas pela história e forjar a próprio punho uma revolução social. Para tanto, os comunistas buscaram algo que os subsidiassem nessa ação, alguma orientação política ou uma contribuição que ajudasse a aclarar as dificuldades que encontrariam em realizar uma revolução nessas condições históricas. Encontraram tudo isso em Marx, em uma pequena, mas riquíssima, mensagem enviada do Comitê Central à Liga dos Comunistas.

O texto de Marx e Engels é de 1850, justamente após os anos revolucionários de 1848 e 1849. Reconhecendo um período claramente revolucionário, os autores têm como objetivos justamente evitar que o proletariado caia sob a influência e direção dos democratas pequeno-burgueses, tal como havia marchado a reboque da burguesia anteriormente. A rapidez com que a burguesia havia empregado sua força contra o proletariado no momento em que havia chegado ao poder, se articulando inclusive com as forças feudais, havia mostrado ao proletariado até que ponto pode chegar sua aliança com as outras classes.

A mesma traição desempenhada pelos liberais burgueses em 1848, seria realizada pela pequena-burguesia democrata na revolução que se aproximava. Sobre os limites dessa pequena-burguesia e suas reais pretensões não havia dúvida, acontece que nas dadas circunstâncias históricas, tanto o proletariado quanto essa pequena-burguesia ainda conjugavam alguns interesses em comum, ou pelo menos compartilhavam o mesmo inimigo.

O partido democrático da pequena-burguesia era composto por vários segmentos, e na Alemanha contava com um poder considerável. Depois da derrota sofrida por ele com a traição da burguesia, se encontrava obrigado a lutar contra esta, agora aliada ao absolutismo, para isso devendo procurar o apoio do proletariado, ainda desorganizado. Qual deveria ser, portanto, a atitude do partido operário frente a essa situação, o mais sensato seria rechaçar qualquer tipo de aliança? Os autores são claros:

“A atitude do partido operário revolucionário, em face da democracia pequeno-burguesa, é a seguinte: marchar com ela na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa queira consolidar a sua posição em proveito próprio.” (MARX, K; ENGELS, F., 1977: p.85)

Marx e Engels estavam escrevendo em um momento onde acreditavam piamente na iminência de uma revolução, absolutamente justificável na conjuntura histórica. Infelizmente, o proletariado ainda não estava suficientemente organizado para liderar essa revolução em seu momento inicial, papel que seria tocado pela pequena-burguesia, ainda que com todas as suas limitações. Porém, a todo momento, lembravam que a reivindicação deste último jamais poderia satisfazer as reivindicações do proletariado.

“Enquanto os pequenos burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido, no máximo, os reclamos supramencionados, os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não num só país, mas em todos os países do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas esteja concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformas a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhor a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova.” (Idem. Ibidem. P. 86)

Os autores distinguem a atuação do proletariado de acordo com sua atitude perante a pequena-burguesia em três momentos: 1) enquanto os pequeno-burgueses também se acharem oprimidos; 2) no curso da próxima luta revolucionária, que daria a pequena-burguesia uma situação de superioridade; 3) ao término da luta, quando a pequena-burguesia alcançasse a superioridade em relação às classes derrubadas e sobre o proletariado.

Como a atuação proletária deveria ser balizada no sentido de agir com a pequena-burguesia no momento da derrubada do inimigo em comum e de marchar contra ela em todos os casos que ela se mobilizasse em proveito próprio, sempre na perspectiva da revolução

permanente, o proletariado deveria assegurar sua autonomia em todos os momentos. No primeiro momento, deveria rechaçar qualquer tentativa por parte da pequena-burguesia de formação de uma organização partidária em conjunto, mantendo sua plataforma política independente e apresentando suas exigências constantemente.

Já que a traição da pequena-burguesia era algo inevitável, caberia ao proletariado organizar seus próprios órgãos de poder ao lado dos governos oficiais, seja da forma de comitês ou de conselhos municipais. Para uma plena oposição do proletariado ao governo pequeno-burguês, ele deveria estar armado e preparado para os ataques a serem desferidos pela pequena-burguesia assim que se consolidasse no poder. Só essas medidas garantiam que o movimento revolucionário, ainda que não pudesse no primeiro momento apresentar medidas diretamente comunistas, aprofundasse a radicalidade do programa político transformando o movimento em revolução permanente e assumindo um caráter claramente socialista.

Essa foi a análise concreta de Marx e Engels acerca de uma situação específica, texto esse que acabaria se universalizando posteriormente por dois motivos, como bem nos lembra Iasi. Primeiro, porque a Revolução Russa de 1917 seguiria quase que exatamente as ações propostas por Marx. Segundo, pois a partir da experiência soviética, ele foi utilizado para explicar a aliança com setores da burguesia no curso das revoluções nos países nos quais o desenvolvimento das forças produtivas não havia ainda gerado todas as condições para uma revolução proletária. (IASI, 2012: 430 – 442)

Lembramos aqui que Marx e Engels escreveram esse texto em 1850, tratando diretamente de uma região que ainda não havia cumprido o ciclo da revolução burguesa. Esse fato por si só já atenta para a maneira extremamente questionável em se transpor mecanicamente as conclusões nele apontadas para outras formações sociais já em contextos bem diferentes, como foi o caso das orientações políticas da III Internacional para os países da América Latina. De um lado, uma sociedade submersa em um período histórico de transição ao capitalismo, de outro, formações sociais já altamente subordinadas ao capitalismo em sua fase imperialista.

Além disso, toda a riqueza de análise contida nesse texto e a dinâmica do movimento real apreendida pelos autores no estudo do caso em questão, são postas de lado em favor de análises extremamente empobrecedoras. Notamos, ao longo do texto, como Marx e Engels



articulam os diferentes momentos revolucionários dentro de um mesmo processo de revolução permanente, onde cada ação estaria conectada com as demais. A III Internacional reduz isso a uma série de "etapas" separadas entre si, as quais os países coloniais deveriam cumprir até possuírem todas as condições da realização de uma revolução socialista. Isso fica claro em seus documentos:

"A passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países [coloniais e semicoloniais], em regra geral, senão através de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformações da revolução democrático-burguesa em revolução socialista; o sucesso da revolução socialista será, na maioria desses casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura do proletário." ( Programme de l'Internationale Communiste . *Op. cit.* p. 4 – 5.)

É sob essa orientação que é realizada a Primeira Conferência Comunista Latino-americana, o primeiro espaço organizado onde os Partidos Comunistas poderiam ter um maior contato entre si e discutir uma política conjunta para a revolução no continente. A conferência contou com a participação ampla dos partidos latinos. Ao todo, quinze países foram convidados, e só o Chile não compareceu. Não só os Partidos Comunistas foram ao encontro, mas também os simpatizantes ao Comintern ou os que estavam em processo de adaptação à estrutura e política comunista.

A ordem do dia era vastíssima, incluía dez pontos, dentre os quais os mais discutidos diziam respeito à situação internacional da América Latina e o perigo de guerra; a luta anti-imperialista e os problemas táticos dos Partidos Comunista da América Latina e o problema das raças, esse último a partir da discussão que gravitou em torno da proposta de tese enviada pela delegação peruana, escrita por José Carlos Mariátegui.

O projeto de teses enviado para os delegados da Primeira Conferência Comunista Latino-americana continha exatamente estes mesmos pressupostos já trabalhados no VI Congresso da IC. Sendo assim, na América Latina, o caráter semicolonial se manifestaria tanto através de sua estrutura econômica quanto social. A produção agrícola, por exemplo, seria marcada pela presença dos latifúndios, sob propriedade da classe terrateniente ou nas mãos do capital estrangeiro. Esta relação entre os terratenientes e o capital estrangeiro é ressaltada ao longo de todo o documento, que demonstra que a classe dominante em quase todos os países da América Latina, qualquer que seja a forma do poder político, é, pois, a classe dos grandes proprietários terratenientes ao serviço e em estreita relação com o

imperialismo britânico ou norte-americano. (CORRESPONDENCIA SUDAMERICANA n° 12, 13, 14, 1929: p. 4 – 5)

A análise da conjuntura mundial e a caracterização do terceiro período também foram reproduzidas tal como formuladas no VI Congresso. Partindo dessa situação revolucionária, a Conferência teria por objetivo analisar a situação da América latina dentro dessa luta mundial; estabelecer o caráter da revolução, suas forças fundamentais, assim como a tática e a organização para o combate. A respeito do primeiro objetivo, chega-se à conclusão que a situação dos países latino-americanos era muito mais revolucionária do que os mesmo pressupunham. (CORRESPONDENCIA SUDAMERICANA n° 15, 1929)

Acerca do caráter da revolução, a Conferência reafirma o trecho que transcrevemos anteriormente das resoluções do VI Congresso da IC:

“Esa situación [revolucionária] demandó de la Conferencia un estudio prolijo sobre el carácter de la revolución en América Latina y la Conferencia unánimemente estableció que dadas las condiciones de nuestros países, agrarios y dependientes del imperialismo, esa revolución sería una revolución democrático-burguesa, cuya forma de poder político debía ser la del gobierno obrero y campesino.” (Idem. Ibidem. p. 4)

Sobre as forças principais que atuariam nesse processo, também afirma:

“Pero, establecido que el carácter de la revolución sería democrático-burgués, significa que es revolución debía ser dirigida por la pequeña burguesía, por la burguesía industrial naciente, y que el proletariado debía dar simplemente su apoyo dejando que el poder cayera en manos de la pequeña burguesía, considerando que historicamente todavía no le há llegado su turno? Absolutamente no. Las reivindicaciones de la revolución democrático-burguesa pueden llevarse a la práctica – y esa revolución transformala dinamicamente en revolución proletária – solamente si el proletariado tiene la dirección de la misma.” (Idem. Ibidem)

Mais uma vez notamos a consonância com a política do Comintern. Comentamos anteriormente a inflexão política de seu VI Congresso, onde daria início o terceiro período e da linha política de classe contra classe e a equiparação entre o fascismo e a social democracia. Excetuando-se o período de 1928 a 1934, que seria marcado por tal tática política, a orientação da Internacional para os países da América Latina era a de construção de alianças com a burguesia nacional e a pequena-burguesia, no intuito de assim formarem frentes contra o imperialismo e o latifúndio.

A alteração dessa linha política fica clara ao tratar da *situación internacional da América Latina e os perigos de guerra*, relatório que não por acaso foi apresentado por

Victorio Codovilla, alto dirigente do Partido Comunista da Argentina e fiel seguidor de Moscou. Reproduzindo a avaliação do VI Congresso sobre uma nova fase do capitalismo permeada por guerra e revoluções, a Resolução da Conferência afirma que na América Latina isso significa uma maior pressão do imperialismo sobre as massas trabalhadoras e o agravamento das lutas entre os próprios imperialistas pela dominação dos países latino-americanos, prevendo uma futura guerra entre EUA e Inglaterra. A indubitável proximidade de uma guerra exigiria uma série de ações preparatórias por parte dos comunistas, e dentre elas estaria:

“Luchar contra las formas con las cuales la burguesía, los pacifistas pequeño-burgueses y los social-demócratas engañan a las masas sobre la realidad del peligro de guerras. [...] Deben combatirse, igualmente, todos los argumentos e ilusiones pacifistas y pequeño-burguesas sobre la imposibilidad de la guerra, etc., que representan – en el momento de su preparación por parte de los imperialistas – la tentativa del desarme del proletariado en la lucha contra las amenazas de guerra. Una actividad especial debe ser consagrada a la lucha contra los reformistas que, en ahora, no sólo, con su demagogia pacifista desorientan a las masas, e impiden su movilización para la lucha contra la guerra, sino que, desde ahora, se transforman en instrumentos directos de los imperialistas para la preparación de la guerra.”. (Idem, Ibidem. p. 12)

Referindo-se a este fato e, mais especificamente, a Codovilla, Lowy, afirma que ao mesmo tempo em que elabora o conceito de ‘social-fascismo’, cuja aplicação é estendida a vários governos latino-americanos, consegue, em meio a uma virada política, enfatizar o caráter democrático-burguês da revolução. "Em outras palavras, Codovilla compreende perfeitamente que a revolução por etapas deve ser o fundamento inabalável da estratégia do Comintern para a América Latina, independente das variações táticas para a direita ou para a esquerda.”. (LOWY, 2006)

Para a aplicação dessa linha política também seria necessária uma intervenção na parte organizativa dos Partidos Comunistas, apontada pela resolução como uma das maiores deficiências do movimento comunista na América Latina. A “bolchevização” dos partidos comunistas, já em curso alguns anos antes, ganha aqui um sentido ainda mais extremo. Em todo o mundo, intelectuais foram afastados da direção de partidos, que a partir de agora deveriam ser formados por operários ou camponeses. Não bastando mais um programa político que apontasse para a transformação socialista e inserção nas massas, os partidos deveriam se proletarizar. No caso dos latino-americanos:

“El Partido debe tener su propia fisionomía de verdadera vanguardia proletaria y debe trabajar por la dirección del movimiento sindical en la forma ya señalada. Hay que introducir cierta selección entre los elementos que deben componer nuestro Partido tratando de que exista una mayoría netamente proletaria en la base y en todos los cuadros de dirección. En la dirección nacional de cada Partido debe hacerse todo lo posible por incluir miembros obreros que trabajen en la industria y que éstos formen mayoría, única garantía para que el Partido tenga una constante ligazón con la masa proletaria y pueda seguir una verdadera línea leninista.”. (CORRESPONDENCIA SUDAMERICANA nº 15, *Op. cit.*: p.46)

Anos mais tarde, Codovilla recordaria a Conferência como o momento de consolidação das bases que, desenvolvidas e enriquecidas nos anos seguintes, foram fundamentais para a consolidação dos Partidos Comunistas na América Latina, tanto no que diz respeito à sua ideologia, quanto à organização e aos programas. Tal balanço feito por Codovilla, realmente corresponde ao que se sucedeu nos anos seguintes com os Partidos Comunistas. (CODOVILLA, 2006)

A Primeira Conferência Latino-americana foi, de fato, o primeiro momento de uma real ingerência da Internacional Comunista nos partidos latino-americanos. Mais do que uma direta interferência em questões organizativas e mandos e desmandos vindos de Moscou, essa relação seria marcada, principalmente, por uma hegemonização política, tanto no que diz respeito às interpretações das realidades locais, quanto ao caráter da revolução nesses países, permearia durante muitos anos a orientação desses partidos.

Não significa, porém, que durante todos esses anos não tenham existido tentativas críticas a essas interpretações. O então assistente da Internacional ao Secretariado Sul-americano, Jules Humbert-Droz, já havia apresentado ao VI Congresso da Internacional contribuições no sentido de ressaltar os aspectos particulares da realidade latino-americana, se negando, por exemplo, a caracterizar tais países como feudais, destacando o que chamava de regime colonial capitalista. O fato de ser ligado a Bukharin e fazer parte do grupo político derrotado, faz com que as contribuições de Humbert-Droz não sejam incorporadas nem pelo VI Congresso, muito menos pela Conferência.

Os próprios partidos latino-americanos contariam com dirigentes preocupados apreender a especificidade de suas formações sociais e não aceitar acriticamente tais interpretações vindas de Moscou. Tal foi o caso dos brasileiros Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, do equatoriano Ricardo Paredes e, sobretudo, o peruano José Carlos Mariátegui, quem, apesar de não ter comparecido pessoalmente a Conferência de 1929, protagoniza,

através de suas contribuições enviadas pela delegação peruana, os principais debates que se desenrolaram.

Se no início do texto nos referimos a um período inicial onde todos os esforços do movimento comunista internacional estavam destinados aos países centrais e a iminência de uma revolução nessa região, gerando uma certa negligência em relação aos países da periferia, sobretudo a América Latina, o período agora seria distinto. Após a Conferência de 1929 já havia condições de se conhecer as diferentes realidades vivenciadas pelos países latino-americanos. Nas palavras de Caballero, se os líderes do Comintern tivessem chegado nesse encontro ávidos em apreender a situação real da América Latina e de extrair contribuições para a revolução latino-americana, ela teria sido um sucesso, mas infelizmente não foi o que aconteceu. (CABALLERO, 2006)

O que percebemos foi a consagração do marxismo enquanto uma filosofia universal de desenvolvimento unilinear para se interpretar a história. Um viés interpretativo que sequer levava em consideração as particularidades e a contraditoriedade do movimento do real. Uma tentativa de encaixar as mais diversas realidades e especificidades locais em modelos extremamente esquemáticos. Foi o triunfo da teoria sobre a realidade.

Nos anos subsequentes, muitos desses partidos conseguiriam vencer o isolamento e a linha sectária adotada pelo VI Congresso da Internacional e pela Conferência, tornando-se verdadeiros partidos de massas ou protagonizando os mais importantes momentos da vida política de seus países, liderando inclusive tentativas de levantes armados, como, por exemplo, os partidos de El Salvador, Brasil e Chile.

Ainda assim, a linha política em voga nesse período ainda estaria vinculada a teoria da revolução por etapas e ao caráter democrático burguês da revolução latino-americana, predominando inclusive nos anos após o fim da III Internacional, e não se restringindo somente aos Partidos Comunistas, mas hegemonizando a linha política de outras organizações que apareceram posteriormente, algumas inclusive com discursos bem agressivos em relação a esses partidos.

Percebemos, portanto, que a recuperação crítica de todo esse debate nos torna tarefa obrigatória na medida em que nos ajuda a compreender o atual quadro sócio-político e nos permite traçarmos alternativas a ele. Certa feita Mario Benedetti afirmou que o futuro só se

torna respirável quando transgredimos alguma ordem. No caso em questão, nos cabe apreendemos de maneira crítica toda essa larga tradição marxista a que nos referimos ao longo do trabalho, buscando maneiras de superar os velhos erros ainda tão correntes nas interpretações hegemônicas do marxismo. Porém, e isso jovem Marx já sabia, essa crítica não se orienta a si mesma, mas para as tarefas cuja solução só existe um meio: a práxis, quer dizer, a revolução, a única maneira de deixarmos às seguintes gerações um futuro respirável.

## Referências

CABALLERO, Manuel. *La internacional comunista y la revolución latinoamericana*. Editora Alfa: Caracas, 2006.

CODOVILLA, Victorio. História do marxismo na América Latina. In: LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. p. 430 – 435.

ESCORSIM, Leila. *Mariátegui: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2006.

HOBSBAWM, Eric (org). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, 1979; vol. 2, 1982; vol. 4, 1984; vol. 8, 1987.

KOHAN, Nestor. *Marx en su (tercer) mundo: hacia un socialismo no colonizado*. Buenos Aires: Biblos, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ni calco ni copia: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*. Disponível em: [http://albatv.org/IMG/pdf/Nestor\\_Kohan.pdf](http://albatv.org/IMG/pdf/Nestor_Kohan.pdf). Consultado em 22 de abril de 2013.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

La Correspondencia Sudamericana nº 01. Buenos Aires, 1928.

La importância de la primeira conferencia comunista latino-americana. En: *La correspondência sudamericana*, nº 15. Buenos Aires, 1929.

LOWY, Michael. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideologia y política*. Lima: Amauta, 1986.

MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In:

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos [Volume 3]*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MARX, Karl. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: *Temas das ciências humanas*. Barcelona: Grijalbo, 1977

Programme de l'Internationale Communiste adopté par le VI Congrès mondial. Disponível em: [www.marxists.org](http://www.marxists.org). Consultado em 13 de fevereiro de 2013.

Proyecto de tesis sobre el movimiento revolucionario de la América Latina. En: *La correspondencia sudamericana* nº 12, 13 e 14. Buenos Aires, 1929.

Resolución de la Primera Conferencia Comunista Latino Americana. En: *La correspondência sudamericana*. Nº 15. Buenos Aires, 1929.

ZAIDAN FILHO, Michel. *O Grande "tournant": O VI Congresso da Internacional Comunista (1928 – 1929)*. XV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1991.